

PROGRAMA DE GOVERNO 2021/2024
COLIGAÇÃO CAXIAS PRA FRENTE – PT , PCdoB+VOCÊ

CAXIAS PRA FRENTE

Sumário

PROGRAMA DE GOVERNO 2021/2024	1
APRESENTAÇÃO	3
1. GESTÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA, COM DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE.....	8
2. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITO	11
3- DESENVOLVIMENTO COM ECONOMIA SOCIALMENTE JUSTA, INOVADORA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL	14
4- USO SUSTENTÁVEL E DEMOCRÁTICO DO TERRITÓRIO URBANO E RURAL	17
5. INTEGRAÇÃO REGIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIAL, ECONÔMICA CULTURAL E AMBIENTAL.....	19

APRESENTAÇÃO

Elaboramos este Programa de Governo em um momento em que a sociedade brasileira e a comunidade caxiense e da região vivenciam o avanço de um projeto ultraneoliberal que produz a retirada de direitos, o crescimento da pobreza, da desigualdade, do desemprego, da fome e o desmonte de políticas públicas como as de saúde, cultura, esporte e lazer, agricultura familiar, assistência social, meio ambiente, educação e segurança, desestruturando e privatizando serviços públicos. Além disso, a intolerância e o desrespeito às minorias, aqui entendidas enquanto segmentos sociais com menor acesso a essas políticas, cresce a cada dia.

O projeto ultraneoliberal desestrutura as políticas ambientais em nosso país, com repercussão e consequências mundiais, traz a fragilização das instituições ambientais governamentais, o desmonte das políticas e da fiscalização e investidas contra as reservas naturais e dos povos originais. Essas políticas, também neoliberais e de incentivo à produção a qualquer custo, aliadas ao aquecimento global, colocam em risco a qualidade e a possibilidade de vida. Estamos, mais do que nunca, vinculados, participantes e responsáveis pelo planeta. Esse formato político também põe em risco a economia brasileira e global e a capacidade de resiliência da população.

Nosso Programa de Governo apresenta uma visão da questão ambiental baseada na informação, na conscientização, na responsabilização e na ação política coletiva, no sentido de garantir e promover uma vida com qualidade.

Não podemos deixar de tratar da pandemia de Covid 19 que vem gerando uma crise humanitária, cujas causas e consequências têm relação com a estrutura desfavorável que o sistema capitalista neoliberal criou, revelando que o modelo vigente não tem sustentabilidade.

Nesse sentido, o nosso Programa de Governo aponta para a construção de um município que tenha uma reação propositiva face às adversidades sociais, econômicas, culturais e ambientais, buscando, permanentemente, construir uma estrutura preparada para novos desafios, promovendo novas atitudes saudáveis e criativas, necessárias à nova cultura, resgatando e preservando os direitos sociais e humanos, fortalecendo as instituições e os serviços públicos, promovendo o respeito, a tolerância e a solidariedade, no sentido da percepção de que vivemos numa sociedade integrada e interdependente.

Para fazer frente a tais desafios, as diretrizes do Programa de Governo da coligação Caxias pra Frente se distribuem, para fins didáticos, nos eixos democracia, participação e planejamento; políticas sociais; cultura; políticas ambientais e políticas econômicas que, embora apresentadas enquanto diretrizes separadas, são integradas e indissociáveis e precisam ser compreendidas e implementadas de maneira conjunta.

Assim, queremos construir um município com:

- 1. gestão pública, democrática, com diálogo e participação da sociedade;**
- 2. implementação de políticas públicas de inclusão social e afirmação de direitos;**
- 3. desenvolvimento com economia socialmente justa, inovadora e ambientalmente sustentável;**
- 4. uso sustentável e democrático do território urbano e rural;**
- 5. integração regional para a sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental.**

O Programa de Governo tem como eixo condutor a gestão pública democrática, com diálogo e participação da sociedade, amparado na

democratização da informação; na ampliação da consciência social e política; na organização da população para a busca por direitos e na construção de melhores condições de vida. Acreditamos nos processos participativos como método, no qual a gestão pública está a serviço da população e, para bem atendê-la, precisa conhecer seus anseios e necessidades, tanto pela via direta quanto pela representativa.

O conjunto das políticas públicas de inclusão e integração social e de afirmação de direitos é de responsabilidade compartilhada entre os governos municipal, estadual e federal, cada qual com sua escala e encargos. Enquanto município, esfera mais próxima da comunidade, contribuiremos e buscaremos, nas demais esferas de governo, a parceria para a construção e implementação de políticas de garantia dos direitos sociais previstos na Constituição.

Quando elegemos o desenvolvimento com economia socialmente justa, inovadora e ambientalmente sustentável, estamos propondo trabalhar para que o município siga ampliando sua capacidade de produzir, comercializar e consumir produtos, bens e serviços, ao mesmo tempo em que avance na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras que os produzem e atente para as questões ambientais, determinantes para a sustentabilidade dos recursos naturais, sociais e humanos.

A questão do uso sustentável e democrático do território urbano e rural nos desafia a refletir sobre o planejamento e a ocupação do solo para moradia, espaços de produção, de comercialização, circulação de bens e pessoas e para a preservação. Além disso são necessários espaços para a instalação e funcionamento de equipamentos sociais e de infraestrutura, como unidades de saúde, escolas infantis e de ensino fundamental, centros de atendimento de assistência social, transporte, parques e praças,

saneamento básico, distribuição de água e energia elétrica, coleta de lixo, entre outros.

Nossa tarefa e desafio é organizar as atividades urbanas e respectivos espaços de forma eficiente, para a superação das desigualdades e a melhoria das condições de vida de toda a população caxiense, atentando para as relações, a integração e a interrelação entre urbano e rural.

Propomos a diretriz da integração regional para a sustentabilidade social, econômica e ambiental, visando a articulação das políticas públicas de interesse partilhado com os municípios da região, no sentido de potencializá-las e promover o fortalecimento e o crescimento da Região Metropolitana da Serra Gaúcha, nos diversos aspectos que envolvem o desenvolvimento regional.

Objetivando viabilizar as diretrizes aqui apresentadas, radicalizaremos a transparência dos atos da administração e o controle social, pela intersectorialidade das políticas públicas; o controle das receitas; o combate ao desperdício; o uso de novas tecnologias de trabalho; o desenvolvimento de parcerias com a sociedade civil e setor privado; o rigor e transparência na comunicação; pela valorização e qualificação dos servidores, entre outros aspectos necessários para uma administração pública eficiente, que garanta os direitos de desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural.

Sabemos que Caxias do Sul é parte do cenário estadual, nacional e internacional, referência em desenvolvimento, embora o cidadão e a cidadã enfrentem dificuldades em diversas áreas. Diante deste cenário, propomos uma gestão municipal que facilite e crie relações que favoreçam o desenvolvimento pleno da sua população, através da erradicação da pobreza e da fome, da promoção de saúde e bem-estar, da educação ampla e de qualidade, do acesso à moradia adequada, à água potável e à energia elétrica,

pela promoção de trabalho decente, pelo enfrentamento a toda forma de discriminação e, concomitantemente, a preservação ambiental e o crescimento econômico.

Esse Programa de Governo é fruto de um trabalho coletivo que permitiu um amplo processo democrático e participativo, com reuniões temáticas, presenciais e virtuais, das quais participaram militantes, atores da sociedade civil organizada e estudiosos, num debate amparado pelo conhecimento produzido, aliado à experiência das lutas sociais e democráticas que cada participante acumulou na sua trajetória de vida. O documento aqui apresentado está aberto ao amplo debate, colherá contribuições, reivindicações e proposições de setores sociais sensíveis e engajados com o processo de definição do modelo de município que queremos.

1. GESTÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA, COM DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Fazer uma gestão pública, democrática, com diálogo e participação da sociedade é questão essencial para nós, tanto na implementação do Programa de Governo, quanto na forma de governar, por isso, essa diretriz é transversal a todas as outras, constituindo-se em linha mestra para um processo continuado de formação cidadã.

A participação da sociedade, centrada na responsabilidade social, no reconhecimento da diversidade cultural e na pluralidade política, constitui direito fundamental para a cidadania e pressupõe o controle social e a ética, no trato com a coisa pública, tanto para os governantes como para a sociedade civil.

Administrar, junto com a população, foi uma marca dos governos democrático-populares em Caxias do Sul. Reiteramos o compromisso de informar, ouvir, consultar, debater e construir com a população a aplicação dos recursos orçamentários e a implantação de programas e políticas públicas, partilhando o poder de decidir, de acompanhar e avaliar as ações que afetam o presente e o futuro do nosso município.

A gestão pública democrática, com diálogo e participação da sociedade, valoriza e fortalece a comunicação social, como forma de instrumentalização da sociedade, para a apropriação e discussão de seus direitos e deveres, além de dar transparência às ações do governo. Em tempos como os atuais, nos quais as pessoas são vítimas de uma enxurrada de informações, muitas delas inverídicas, estabelecer canais confiáveis de diálogo com a população é, para nós, um desafio prioritário. Esses canais colocarão, de forma aberta e transparente, os dados referentes à gestão.

Orçamento democrático e participativo, plenárias temáticas, congressos, conferências, diálogos regionais, setoriais e audiências públicas, serão algumas das ferramentas de participação que auxiliarão na elaboração coletiva do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), e de outros instrumentos de gestão pública municipal.

Além da participação presencial, implantaremos instâncias de diálogo e decisão com movimentos políticos, sociais e comunitário; conselhos de direitos e de políticas públicas; movimento sindical de trabalhadores e de empresários; entidades e organizações sociais; Câmara de Vereadores e prefeituras da região e com o poder público das outras instâncias governamentais. Para a ampliação da participação, faremos uso de meios digitais, visando incluir o maior número de pessoas e superar a dificuldade de envolvimento, enfrentadas por algumas.

A descentralização do atendimento e a modernização administrativa são outras ferramentas que propomos, para permitir que o cidadão tenha acesso ao serviço público de forma direta, garantindo agilidade. Descentralizar implica dar autonomia às secretarias, à fundação e às autarquias para, seguindo as diretrizes gerais da administração, tomarem decisões e buscarem soluções para os desafios enfrentados no dia a dia. Tais medidas visam facilitar o acesso aos serviços públicos por parte da população.

A modernização administrativa inclui a adoção de tecnologias nos processos de trabalho, a qualificação e a valorização das servidoras e servidores públicos para propiciar um atendimento adequado para a comunidade

Essas ações, entre outras, têm o intuito de proteger e fortalecer o serviço público, haja vista a importância que representa na organização e

sustentação da nossa sociedade. É um contraponto ao menosprezo e à desestruturação das políticas públicas e das servidoras e servidores públicos, praticado por aqueles que almejam conduzir as políticas de privatização do Estado. Partimos do entendimento de que o serviço público é essencial na superação das injustiças e desigualdades.

Para melhorar a qualidade de vida das pessoas, necessariamente, precisamos incorporar aspectos relativos à formação de um governo eficiente, que englobe o planejamento participativo, com integração da infraestrutura de diferentes áreas e de como isso reflete na prestação de melhores serviços para a população.

2. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITO

A constituição Federal de 1988 elegeu o "valor da dignidade humana", que corresponde à integralidade dos Direitos, e elevou os direitos sociais, econômicos e culturais conjugados aos direitos civis e políticos. Foram acrescidos, a partir da conferência da Organização das Nações Unidas - ONU Rio92, os direitos ambientais, tendo em vista o pacto internacional para garantir a vida no e do ambiente, do qual o Brasil é signatário.

O retrocesso que temos vivenciado nos últimos anos, diante das ainda frágeis conquistas que vinham sendo alcançadas no país, nos coloca diante de um cenário de carência das políticas de integralidade dos direitos. Os ajustes, implementados pelas reformas recentes, do "Estado Mínimo", fortaleceram as oligarquias econômicas nacionais associadas ao capital financeiro internacional, servido a poucos e excluindo da sua prioridade as pessoas mais empobrecidas, além de fazerem assistencialismo, implicaram a precarização dos direitos universais e a redução de orçamentos federais em áreas essenciais, o que explica os atuais índices de pobreza e desigualdade entre as pessoas. Nosso entendimento é de que o "Estado Mínimo" não é solução para a sociedade.

Tal entendimento impõe aos governos locais a necessidade de iniciativas fortes para o enfrentamento dos problemas sociais que se materializam no território municipal. Além disso, o poder local deve estar permanentemente cobrando a responsabilidade dos demais entes federativos, combatendo as ações nefastas que têm levado ao desmonte das políticas públicas sociais. O município que queremos, como determina a Constituição Federal de 1988, deve ser promotor de garantias e direitos,

como caminho para reduzir as desigualdades e constituir políticas sociais com justiça.

Na nossa visão, políticas sociais são o conjunto de concepções, objetivos, planos e projetos que resultam em ações coordenadas e contínuas de governo, em áreas específicas e inter-relacionadas, voltadas ao atendimento das necessidades sociais da população, a serem implementadas na perspectiva da construção de um município que promova o empoderamento das pessoas, tratadas como sujeitos de direitos. Essas políticas devem promover uma cultura de paz e não violência, a redução da pobreza e o bem viver de todos. Ninguém pode ser deixado para trás!

Referimo-nos ao atendimento universal dos direitos sociais, previstos no artigo 6º da Constituição Federal, sob responsabilidade compartilhada ente os governos municipal, estadual e federal. Trata-se do atendimento à educação, à saúde, à alimentação, à moradia, ao lazer, à segurança, à proteção à maternidade e à infância, além da assistência aos desamparados. A essas políticas, que demandam ações específicas e interdisciplinares, se somam outras voltadas à atenção dos direitos humanos, ao abastecimento, à geração de trabalho e renda, ao saneamento, ao transporte, à cultura, ao esporte, ao turismo, à agricultura familiar, ao meio ambiente, à inclusão digital, à liberdade de culto religioso, à igualdade de direitos entre homens e mulheres, à igualdade étnico-racial e o respeito à orientação sexual e à identidade de gênero.

Essas políticas e ações são regidas por legislações, diretrizes conceituais, normas técnico-operacionais, planejamento, avaliação e provisão orçamentária. Sua plena efetivação implica consolidar uma rede articulada e integrada de proteção social que potencialize equipamentos públicos, agentes e gestores, para o acolhimento universal, humanizado, integrado e permanente.

Para dar conta de tamanho desafio, vamos trabalhar pela construção coletiva com e para a sociedade, com a elevação do padrão de qualidade da governança pública do nosso município, dos padrões de justiça, de cidadania, de felicidade e de dignidade humana, primando pela integração e pela complementaridade entre as ações, os projetos e os programas, com prioridade na redução da pobreza e das desigualdades socioeconômicas e no combate às discriminações de todos os tipos.

3- DESENVOLVIMENTO COM ECONOMIA SOCIALMENTE JUSTA, INOVADORA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL

Propomos um desenvolvimento com economia socialmente justa, inovadora e ambientalmente sustentável o qual articula o progresso com as dimensões humana, social, ambiental, econômica, cultural, política e ética, na busca da garantia da preservação da vida e da regeneração da natureza.

Os instrumentos macroeconômicos não estão à disposição do município, isso faz com que o desenvolvimento com economia socialmente justa, inovadora e ambientalmente sustentável que propomos não seja determinado apenas pelas condições locais. Ele deverá estar articulado a processos e recursos vinculados em outras esferas (regionais, estaduais, nacionais e internacionais) e ser fruto do diálogo entre a sociedade e os entes federativos, assim como das políticas implementadas. No entanto, o município pode articular, com atores do setor privado e da sociedade civil, propostas macroeconômicas que avancem e contribuam com o desenvolvimento.

Como parte desse conjunto, o município pode e deve induzir o desenvolvimento local, dialogando com os agentes econômicos da agricultura, indústria, comércio, turismo e serviços, com os diversos segmentos sociais, trabalhadores, empresários, consumidores e setores excluídos e estabelecendo relações com outras instâncias políticas e com os governos da região para construir formas e instrumentos que impulsionem o desenvolvimento sustentável da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, da economia solidária e da agricultura.

As ações propostas pelo nosso Programa de Governo dialogam com as necessidades desses setores, objetivando a inclusão produtiva. Tais iniciativas se darão pela ação cooperada com a União, o Estado, a Região, a

iniciativa privada e com parcerias internacionais, em busca de melhoria da infraestrutura, do fortalecimento dos sistemas locais de produção, da sustentabilidade ambiental, do apoio à produção, à comercialização, à economia solidária, à agricultura familiar e à promoção do esporte, do turismo, do lazer e da cultura.

Nosso projeto de desenvolvimento com economia socialmente justa, inovadora e ambientalmente sustentável está baseado na expansão e consolidação da economia e dos negócios locais, bem como na atração de novos empreendimentos que fortaleçam as cadeias produtivas e tragam inovação tecnológica. Em conjunto com os agentes atuantes em cada setor da economia, propomos estabelecer programas que promovam a capacidade empreendedora, a melhoria do desempenho e gestão empresarial, a formação dos trabalhadores, o estímulo à inovação tecnológica, o fortalecimento da agricultura familiar e o incremento da promoção comercial e das exportações, buscando a democratização das oportunidades de negócios, a geração de trabalho com direitos e a ampliação da renda.

Para a viabilização desse modelo de desenvolvimento acessaremos instrumentos como a economia solidária e a economia criativa para a área urbana e rural do município. Estimularemos a mobilização das comunidades excluídas, fornecendo o conhecimento e capacitando-as a se organizarem, cooperarem e interagirem de modo solidário, para acessar os mercados.

Outra ação será a valorização do pequeno empreendedor, com políticas de microcrédito, apoio às incubadoras de empresas, difusão tecnológica e absorção de novas tecnologias que objetivam criar, manter ou ampliar oportunidades de trabalho, com garantia de direitos.

Para que haja o desenvolvimento com economia socialmente justa, inovadora e ambientalmente sustentável serão construídas alternativas para a superação da pobreza, da violência, das desigualdades, garantindo

diálogo com todos os agentes econômicos, setores excluídos e sociedade em atitude de co-responsabilidade, dinamizando as potencialidades locais, de modo a estimular uma visão empreendedora, com salto qualitativo no desenvolvimento social e cultural.

4- USO SUSTENTÁVEL E DEMOCRÁTICO DO TERRITÓRIO URBANO E RURAL

O município é o espaço da organização e implementação das políticas públicas que influenciam diretamente na qualidade de vida dos seus habitantes e do meio ambiente. A construção do espaço acontece essencialmente pela proteção e preservação dos elementos naturais significativos, pelo uso e ocupação do solo de forma sustentável, através da moradia, da ação de empreendedores que geram empregos e possibilidades de trabalho e do uso dos espaços públicos para instalação de equipamentos institucionais que garantam acesso às políticas públicas.

A urbanização acaba alterando os aspectos do relevo, do uso do solo, da vegetação, da fauna, da hidrografia, do clima, dos laços e interações sociais diversificadas nos planos social, político, econômico e cultural. Por isso, a gestão do território exige a formulação, implementação e avaliação permanente das políticas adotadas quanto ao uso e à ocupação do solo e de seus recursos, buscando a sustentabilidade. Para tal, o atendimento das necessidades dos cidadãos e cidadãs não pode comprometer as gerações futuras, ou seja, não trabalhamos com a ideia de desenvolvimento econômico a qualquer preço.

Entendemos que as políticas do uso sustentável e democrático do território urbano e rural devem apontar um novo paradigma do desenvolvimento humano, no qual a atitude cooperativa e solidária faça com que o planejamento do solo atenda prioritariamente as necessidades dos que mais precisam, de forma a construir uma cidade com qualidade de vida para todos e todas.

Para nós, o uso sustentável e democrático do território significa garantir que todas as pessoas tenham direito de viver em um município onde

o governo trabalhe com a população, primando pela humanização dos espaços urbanos e rurais, pela redução das desigualdades entre os bairros e regiões, pelo direito à moradia digna e legal, pelo acesso a serviços públicos e pela segurança. Essa humanização demanda infraestrutura e equipamentos sociais de qualidade e acessíveis a todos e todas, saneamento e proteção ambiental, segurança, mobilidade, transporte público e trânsito seguro.

Essa organização da cidade e do ambiente rural tem importante influência na economia coletiva e individual, na qualidade do ambiente e no bem-estar da população. Para alcançá-la, propomos aproximar e humanizar os equipamentos sociais e culturais e os serviços urbanos das pessoas nos bairros, nas sedes de distrito; urbanizar os vazios urbanos e garantir o acesso das pessoas; proteger as áreas ambientais e de produção agrícola; estimular a utilização do transporte coletivo com uma oferta de serviço acessível, em forma de sistema de transporte multimodal integrado.

Como desafio, reafirmamos a busca de integração das políticas setoriais, em cada área territorial do município, a construção de estratégias que não sofram descontinuidade e têm como princípio colocar as pessoas no centro do planejamento e desenvolvimento. Almejamos estabelecer uma gestão inteligente que dê vida ao conceito de sustentabilidade, tornando o município inovador no uso de tecnologias de informação e comunicação, minimizando os danos ambientais melhorando, assim, a qualidade de vida a médio e longo prazo.

5. INTEGRAÇÃO REGIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIAL, ECONÔMICA CULTURAL E AMBIENTAL

Entendemos ser imprescindível a construção de ações concretas que visem o desenvolvimento regional integrado e sustentável, erradicando todas as formas de desigualdade (intergeracionais, de gênero, étnicas, sociais) e de violência (homofobia, feminicídio, abusos contra crianças e adolescentes), bem como incluindo todos os setores da sociedade no escopo dos direitos de cidadania.

Nosso Programa de Governo traz propostas que envolvem as competências municipais e políticas cuja responsabilidade é compartilhada com municípios, estados e União. A Constituição Brasileira de 1988 legisla propondo a elaboração e execução de planos regionais de desenvolvimento e ordenamento do território, visando fomentar o desenvolvimento econômico, social, político, ambiental e cultural da região.

Apesar de algumas iniciativas de implementação de ações voltadas à questão regional, estamos em estágio embrionário, por colocá-la como marginal nas agendas governamentais. O desafio, portanto, é aproveitar as potencialidades econômicas e culturais da região, minimizando os riscos ambientais e enfrentar a universalização da cobertura de serviços públicos como maneira eficaz da redução das desigualdades sociais e regionais.

A construção deste planejamento estratégico regional envolve o reconhecimento comum dos problemas a serem enfrentados e é caminho para agendas de desenvolvimento territorial regional.

Reconhecemos a existência do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015 – 2030 e entendemos ser necessária a articulação destas importantes instâncias de planejamento pelos governos, com apoio das universidades locais e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, para a

proposição de ações conjuntas, a partir das dinâmicas e tendências identificadas regionalmente no processo de planejamento que construirá cenários, diretrizes e objetivos, a serem buscados coletivamente, que servirão de referência para os planos de longo e médio prazos, com permanente monitoramento de resultados.

Caxias do Sul está inserida na Mesorregião Nordeste do Rio Grande do Sul e compõe a Microrregião Caxias do Sul, está presente no Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, inserido na Região Hidrográfica do Guaíba. Participamos do Conselho Regional de Desenvolvimento da Serra que tem o desafio de pensar coletivamente um processo de desenvolvimento regional integrado e sustentável. Além disso, a partir de dezembro de 2019, o município passou a fazer parte da Região Metropolitana da Serra Gaúcha, criada pela Lei Complementar nº 14.293/2013 e, atualmente, composta por 14 municípios.

Em âmbito federal, foi promulgado em janeiro de 2015, o Estatuto da Metrópole, instrumento jurídico que regula as relações entre os entes jurídicos integrantes das regiões metropolitanas e determina como ação prioritária a elaboração de plano de desenvolvimento urbano integrado.

A consolidação de uma rede regional articulada e integrada primará pela busca de mais atenção e recursos humanos e financeiros para a região. Acreditamos na força da organização e na capacidade de mobilização dos/as administradores/as e da população para conquistarmos uma sociedade mais justa e democrática.

Defendemos a participação propositiva de Caxias do Sul na construção de novos canais de diálogo regional, sendo um exercício de fortalecimento institucional que envolverá diversos atores da sociedade e dos três níveis da Federação, articulando, ainda, os seguintes temas: mobilidade (transporte intermodal regional, trem regional, aeroporto e transporte intermunicipal),

saúde (serviços especializados de média e alta complexidade, aquisição de equipamentos e medicamentos, enfrentamento a epidemias), saneamento (abastecimento de água e resíduos sólidos), desenvolvimento econômico (infraestrutura e logística), enfrentamento à violência, iniciativas de geração de trabalho e renda para a juventude e o estímulo e apoio à agricultura familiar.

O trabalho propõe, inicialmente, uma aproximação para a melhoria da qualidade das nossas águas via saneamento e despoluição, enfrentando do descontrole no uso dos agrotóxicos, a destinação inadequada dos resíduos sólidos urbanos, a descarga de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos d'água, atitudes que implicam no aumento das demandas por serviços de saúde. É primordial a preservação dos mananciais hídricos e a proteção às Unidades de Conservação e às Áreas de Preservação Permanente da região.

O planejamento de desenvolvimento regional será uma resposta à crise, a exemplo da pandemia de COVID-19, vivida em 2020, que pressupõe a necessidade de coordenar e integrar políticas de sustentabilidade, nos moldes dos consórcios públicos intermunicipais, multifinalitários ou com finalidades específicas, organizados a partir de um diagnóstico de interesses e problemas comuns, estudos de viabilidade técnica, formalização de protocolos de intenções, estatutos, criação de CNPJ e outras providências para o funcionamento de cada um.

Os consórcios serão formados com os municípios que tenham afinidade em relação a determinado problema, interesse ou demanda, sendo necessário que pontos de vistas distintos sejam alinhados e parcerias estratégicas bem estruturadas que, em conjunto, podem ter maior força para reivindicar projetos de desenvolvimento, com financiamento do governo

Estadual ou Federal ou, mesmo, negociar com empresas melhores condições de investimento no município.

É imperativa a busca por soluções que promovam o bem-viver dos/das cidadãos/ãs, sendo uma oportunidade de pensar novas maneiras de desenvolvimento regional integrado e sustentável, além de criar melhores condições de convívio para a nossa geração e as futuras, com relação aos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.